

## XI Fórum Jurídico de Lisboa

28 de junho de 2023

### Discurso do Presidente da República Portuguesa Marcelo Rebelo de Sousa

Ao longo dos anos, neste fórum, foram tratados todos os temas que eram importantes para o Brasil e para Portugal. O tema de hoje é um assunto que nos interessa a todos: o digital e o direito. No entanto, antes da mudança digital, houve outras alterações essenciais. Vou citar apenas algumas: a globalização política, a globalização econômica e financeira, a questão ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável, a transição energética, a transição digital, todos esses aspectos marcaram a passagem do século 20 para o século 21.

Nesse meio tempo, enfrentamos várias crises que exigiram intervenções emergenciais, um desafio para juristas. Crises econômicas, financeiras, sociais, pandêmicas e guerras. Nada faltou nos últimos anos. Todas essas crises estão interligadas e exigem respostas, algumas imediatas, outras a médio e longo prazo, tanto do direito quanto da política.

No meio de tudo isso, a inteligência artificial foi se infiltrando em nossas vidas. Começou com a informação, depois passou para a elaboração e, posteriormente, para a preparação de decisões públicas e judiciais. E, progressivamente, tornou-se transversal na vida dos poderes públicos e na vida privada. Convivemos todos os dias com os desafios da inteligência artificial. E aí surge a dúvida: qual é o papel do direito? O papel do direito depende de opções de fundo filosóficas, axiológicas, doutrinárias. O direito nunca é neutro.

E eu simplificarei essas opções em uma só: queremos democracia ou ditadura? Queremos democracia de maior ou menor qualidade? A democracia de maior qualidade significa não só pessoal, mas também política, econômica, social, cultural e sustentável. Queremos ditadura autoritária ou totalitária? E queremos isso a nível local, regional, nacional, continental e global? Nada disso é fácil. Há mais ditaduras no mundo do que democracias. É mais fácil resolver a democracia a nível nacional do que a nível global. É desejável a nível global, mas depende do equilíbrio de poder.

A balança de poder mudou muito e continua mudando. Já vivemos num mundo bipolar, num mundo unipolar tido por perfeito, com uma única superpotência e seus aliados. Vivemos a transição para o multipolarismo e as tentativas de multilateralismo. E agora vivemos um retorno, com altos e baixos, ao isolacionismo, ao unilateralismo, a uma crise das organizações internacionais, a uma crise do direito internacional. E, talvez, ao nascimento de um novo mundo bipolar, com a

Federação Russa rebaixada de potência global a regional e a República Popular da China, talvez, emergindo como uma potência global futura.

E ainda há uma potência global existente, os Estados Unidos da América. Depois, potências emergentes, como o Brasil. Outras que demoram a se afirmar, como a Índia. Há ainda outras potências que, embora não sejam potências, atuam como plataformas entre mundos, culturas e civilizações. É o caso de Portugal, que exerce um poder além do poder aparente da população do território, descontada pela plataforma continental que se estende até o Canadá e os Estados Unidos da América e que continua crescendo ao longo do tempo.

A balança de poder está mudando durante esta guerra que ainda continua e vai mudar. Há uma nova ordem internacional que exige outros princípios, outras regras e exige tempo. Mas, entretanto, o digital está aí. E a opção que as nossas pátrias fizeram, e fizeram bem, é democracia sim e ditadura não.

Mas, se há democracia no plano nacional e se luta por democracia no plano continental, então é fundamental que seja celebrado um acordo entre a União Europeia e o Mercosul, e que seja celebrado o mais rápido possível, se viável durante a presidência espanhola da União Europeia até o fim do ano, para não perdermos tempo. É importante para o mundo que o Brasil lidera e é importante para a União Europeia.

Se a União Europeia perder a oportunidade por causa da cegueira de um país, por razões conjunturais, perderá talvez a oportunidade de um papel global no diálogo entre os grandes poderes do mundo, como perderá em relação à África se não estabelecer uma parceria com o continente africano. Ficarão apenas os Estados Unidos da América e a China. Isso é ruim para nós, ruim para o Brasil, ruim para Portugal, ruim para o mundo que o Brasil lidera e para a União Europeia que Portugal integra.

Isso vai se decidir nos próximos tempos e é uma questão de médio e longo prazo. O digital, apesar de parecer complexo, é simples. Se escolhermos o caminho da democracia, escolhermos o caminho da dignidade da pessoa, dos direitos e das diferenças entre as pessoas, do pluralismo, do diálogo e da tolerância. Se escolhermos esse caminho, isso significa salvaguardar esse conjunto de valores o mais rápido possível e o mais amplamente possível e tentar controlar os poderes factuais donos do digital.

Isso é difícil. Foi difícil com os poderes financeiros que provocaram a crise financeira de poucos anos atrás, quando a economia real se converteu em economia financeira e o poder financeiro passou a determinar a economia real e uma crise financeira parou a economia americana,

contaminou a economia do resto do mundo e se tornou uma crise global. O mesmo temos de observar com atenção em relação aos poderes digitais.

Os novos poderes digitais são transnacionais e exigem respostas transnacionais, não sendo possível, ao menos, pequenas respostas nacionais ou continentais. É viável descobrir fórmulas de responder aos algoritmos, beneficiando das vantagens e reduzindo os custos democráticos. Os cientistas dizem que às vezes é possível e, onde for possível, deve ser utilizado. Não é fácil e demora tempo.

Então, que se façam esforços para que o direito possa acelerar a resposta, que é uma resposta política, traduzida em direito. Cabe aos juristas o estudo, a reflexão, a ponderação, a elaboração, mas compete aos poderes políticos a decisão. Quanto mais tarde for, pior é para todos.

E esse é o desafio do direito. Pergunto: o que será preferível, a constituição do algoritmo (a constituição entendendo a realidade do digital), ou o algoritmo a condicionar a constituição e o direito? A minha resposta é unívoca. O direito deve antecipar-se, prever, disciplinar, minimizar os custos daquilo que só introduzirá menos democracia, mais desigualdade e mais injustiça entre os poderosos do digital e todos os demais, que serão os não poderosos do digital.

Estamos nesse tempo, em que os juristas estão fazendo a tarefa pioneira e que compete aos poderes políticos, de entenderem a nível nacional e a nível supranacional e internacional (bilateral ou multilateralmente), que têm de acolher aquilo que os juristas estão estudando e elaborando. Acolher a tempo.

Essas questões podem não parecer importantes quando há fome, quando há miséria, quando há desigualdade e quando há tantas assimetrias e problemas econômicos e sociais para resolver. É verdade. Mas o não controle dos algoritmos não cria nem igualdade, nem justiça, nem equidade, mas sim agrava a injustiça e a desigualdade. Torna tudo mais duro e mais difícil.

E esse é o papel pioneiro do Brasil e de Portugal. O Brasil, pela sua criatividade, pela sua potência, pela sua capacidade científica e tecnológica, por chegar aos mais jovens na idade e na afirmação no mundo. Mas Portugal também, como plataforma que é com o Brasil, por termos uma comunidade falante na mesma língua, que está presente em todos os continentes.

Isso sem falar das comunidades brasileiras espalhadas pelo mundo, e as comunidades portuguesas, tantas vezes identificadas com elas, dispersas por todo o mundo, na América do Norte, na América Central, na África e até na Ásia ou no Pacífico. Esse é o nosso desafio.

Isso é o que esperamos de Portugal, que se quer virar para o futuro, e do Brasil, que já nasceu virado para o futuro. Espera-se que esses dois países trabalhem juntos por um futuro comum

de paz, de desenvolvimento sustentável, de democracia e de justiça. São esses os valores que o vice-presidente Geraldo Alkmin hoje aqui representa e são esses os valores que eu assumo que devem representar em nome de Portugal.